

**FORTIS LEASE PORTUGAL IFIC S.A.**

**AVISO 10/2007**  
**DISCIPLINA DE MERCADO**

## Índice

Nota Introdutória	3
1. Declaração de Responsabilidade	3
2. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco	3
2.1 Âmbito de Aplicação	3
2.2 Políticas de Gestão de Risco	4
2.2.1 Risco de Crédito	4
2.2.2 Risco de taxa de juro	5
2.2.3 Risco de liquidez	6
3. Adequação de Capitais	7
3.1 Fundos Próprios detidos	8

---

## Nota introdutória

O presente documento tem subjacente uma óptica meramente prudencial visando o cumprimento do disposto no Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal referente à Divulgação Pública de Informações e considerando que as informações a disponibilizar devem contemplar os riscos incorridos, atendendo a objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação instituídos, com referência ao final do exercício de 2015.

### 1. Declaração de Responsabilidade

No que respeita à informação apresentada no documento “Disciplina de Mercado”, o Conselho de Administração (C.A.) da Fortis Lease Portugal S.I.F.C. SA (FL PRT):

-Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;

-Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;

-Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere.

Mais informa que no seguimento da aquisição da mesma pelo grupo BNPP Paribas, a actividade da empresa está neste momento em run-off.

Durante o ano de 2010 a sociedade desenvolveu o processo de integração na sociedade BNP Paribas Lease Group Sucursal em Portugal, de acordo com a aquisição feita durante o ano 2009 pelo grupo BNP Paribas das diferentes empresas constituintes do Universo Fortis Bank.

O Fortis Lease Portugal canalizou os seus esforços durante o ano de 2015 a fazer uma correcta gestão da sua carteira de créditos vivos e acompanhamento dos créditos duvidosos e/ou contenciosos ao mesmo tempo que fiabilizou os dados migrados (de acordo com o descrito acima).

A Sociedade pretende em 2015 cumprir os planos traçados no seu Budget, alicerçado numa gestão optimizada da sua carteira de créditos com vista à diminuição e gestão do seu balanço.

Em virtude da sua situação de run-off de carteira de créditos, não estão previstos quaisquer Investimentos por parte da Sociedade.

### 2. Âmbito de Aplicação e Políticas de Gestão de Risco

#### 2.1 Âmbito de Aplicação

O Fortis Lease Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, SA (doravante Sociedade) é uma Sociedade anónima autorizada pelo Banco de Portugal desde 7 de Novembro de 2005 (enquanto Instituição Financeira de Crédito), tendo alterado a sua tipologia de e objecto social com efeitos a 20/11/2015, daí avante para Sociedade Financeira de Crédito.

A Sociedade é detida maioritariamente pela Sociedade BNP Paribas Leasing Solutions S.A. sociedade de direito Luxemburguês.

A FL PRT é especialista em financiamento em locação financeira a empresas.

No que respeita ao perímetro de consolidação, a FL PRT não detém participações em outras empresas, pelo que a informação apresentada no presente documento foi realizada em base individual.

## 2.2 Políticas de Gestão de Risco

A actividade presente da Instituição encontra-se sujeita a um conjunto de riscos, dos quais se destaca o risco de crédito, associado ao grau de incerteza sobre a capacidade de cumprimento, por parte dos seus clientes, das obrigações assumidas nos contratos de locação financeira, pelo que este risco é cuidadosamente gerido pela Instituição.

Neste contexto, a Instituição definiu uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que se encontra sistematizada em manuais internos cobrindo os processos de concessão, acompanhamento e recuperação dos créditos.

### 2.2.1. Risco de crédito

A Instituição assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de incumprimento efectivo por parte da contraparte. Mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pela Instituição, poderão resultar em perdas distintas das provisões evidenciadas à data do balanço.

Assim sendo, a exposição ao risco de crédito é gerida pela análise regular da capacidade de reembolso dos clientes ou potenciais clientes e pela obtenção, sempre que possível, de colaterais e outras garantias.

Uma das principais preocupações da Instituição prende-se com a classificação de risco associado à concessão de crédito a um cliente. Deste modo, qualquer risco de crédito assumido pela Instituição deverá ser qualificado da forma mais objectiva possível, e esta qualificação deve ser revista periodicamente.

A análise do risco associado à operação solicitada pelo cliente era efectuada tendo em consideração os seguintes requisitos:

- i. Classificação do cliente mediante a análise do seu historial de crédito, etc.;
- ii. Análise da capacidade de reembolso do cliente;
- iii. Análise dos valores das garantias prestadas;
- iv. A natureza dos bens locados e o seu valor no mercado secundário.

A política de crédito da Instituição está subordinada a um conjunto de regras actualizadas de modo permanente no que respeita a risco, rentabilidade, informação, eficiência e efectividade, de acordo com as quais são definidas os procedimentos normais, não permitidos, exclusivos e reservados. A actividade de locação financeira é considerada pelo grupo como área exclusiva.

A política global de risco resulta da conjugação da gestão do risco da Fortis Lease Group com a própria política de gestão do crédito bancário do Fortis Bank, sendo a gestão de risco da Instituição, à semelhança do que acontece com as outras subsidiárias do grupo, supervisionadas pela política de gestão do risco do Fortis Lease Group, de acordo com os standards previstos no Manual de Risco de Crédito da Instituição.

A gestão corrente, acompanhamento, são da competência exclusiva do Fortis Lease Group. Não obstante a atribuição de tal competência, o Fortis Bank colabora, enquanto entidade do Grupo, na relação comercial com alguns desses clientes comuns.

O grupo tem uma concepção estrita da actividade nuclear de locação financeira, que não a entende como modalidade de emprestar e obter reembolso de dinheiro. A actividade nuclear de locação financeira é entendida como serviço de disponibilização de activos aos clientes, o que dá lugar, contrariamente à actividade de emprestar dinheiro, uma situação muito específica proporcionada pela propriedade dos activos, no que respeita à garantia de recuperação do crédito pela alienação dos mesmos.



O crédito concedido a clientes vence juros a taxas fixas e variáveis, indexadas à Euribor do período de tempo correspondente à periodicidade das rendas de cada contrato, sendo actualizadas de acordo com a mesma periodicidade.

A Instituição mantém, constantemente, uma monitorização dos respectivos níveis de concentração de riscos num único devedor, ou conjunto de devedores.

Em termos de sector, e tendo por base a carteira de créditos a 31 de Dezembro de 2015, a maior concentração verifica-se no sector de Promoção Imobiliária, com cerca de 50% do portfolio, seguido do sector Transportes e Logística, com cerca de 43% do portfolio e de sector Industrial, com cerca de 6% portfolio.

De notar que nestas três classes existem, por um lado, algumas operações imobiliárias que, apesar do peso relativo que mantêm no total do portfolio, encontram-se garantidas por garantias acessórias reais e, por outro lado, ao nível de equipamentos, nestes quatro sectores, encontramos os melhores índices de valorização em usado dos equipamentos locados, o que concorre para uma exposição real a estes dois sectores bem menor do que as evidenciadas pelos números acima apresentados.

Nenhum dos restantes sectores de actividade representa mais de 5% do portfolio de crédito concedido.

## 2.2.2. Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os cash flows de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

A análise e gestão do risco da taxa de juro desenvolvida pelas diversas entidades constituintes da Fortis Lease encontram-se descritas no Master Policy Manual da Fortis Lease Group.

O princípio genérico subjacente assenta no refinanciamento do capital em dívida dos contractos de locação financeira através do recurso a fontes de financiamento de natureza comparável e com a mesma duração. Desta forma, consegue assegurar a neutralização de um eventual mismatching, bem como de uma exposição das margens negociadas a possíveis variações nas taxas de juro de Mercado. Em concreto, transacções contratadas com taxa de juro fixa foram refinanciadas logo que se verificou a fixação da taxa de juro junto do cliente.

O acompanhamento da posição de risco da taxa de juro, bem como o controle dos respectivos limites encontra-se assegurado, directamente, pelo Departamento de Tesouraria da Fortis Lease Group, sob a responsabilidade directa da Direcção Financeira da Fortis Lease Group.

Genericamente, a cobertura do portfolio é efectuada de uma forma global para um conjunto de locações financeiras (macro hedge), por entidade e por divisa. Em determinadas situações – para transacções muito específicas, ou para transacções efectuadas em divisas externas – a Fortis Lease contratou um financiamento específico que corresponda, exactamente, aos montantes contratados.

A informação necessária para a determinação das necessidades de financiamento é extraída do Sistema de Informações. O método de trabalho utilizado consiste num matching o mais perfeito possível entre os activos e os passivos relacionados, com o objectivo de atingir uma posição, por entidade, próxima de zero.

Para uma análise mais correcta da tabela abaixo em que, aparentemente, existem divergências em termos de matching há que tomar em conta que a Instituição reinvestiu a totalidade dos seus Capitais Próprios no desenvolvimento da sua actividade corrente, pelo que as diferenças entre os diferentes Activos e Passivos em cada um dos prazos seleccionados correspondem à aplicação directa de Capital como funding de operações de crédito.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014:

31 de Dezembro de 2015		3 meses				Mais de 5	Sem risco de	
		Até 1 mês	1 a 3 meses	a 1 ano	1 a 5 anos	anos	taxa de juro	Total
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-	-	74	74
Disponibilidades em outras instituições de crédito		-	-	-	-	-	3.212.451	3.212.451
Crédito a clientes		-	-	-	-	67.775.177	514.510	68.289.688
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Activos por Impostos Correntes		-	-	-	-	-	176.352	176.352
Outros activos		-	-	-	-	-	691.430	691.430
<b>Total do Activo</b>		-	-	-	-	<b>67.775.177</b>	<b>4.594.817</b>	<b>72.369.994</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Passivo:</b>								
Provisões		-	-	-	-	-	382.852	382.852
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-	-	37.796.597	-	37.796.597
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-	20.000.000	-	20.000.000
Outros Passivos		-	-	-	-	-	1.461.577	1.461.577
<b>Total do Passivo</b>		-	-	-	-	<b>57.796.597</b>	<b>1.844.429</b>	<b>59.641.025</b>
<b>Valor líquido</b>		-	-	-	-	<b>9.978.581</b>	<b>2.750.388</b>	<b>12.728.969</b>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>								
<b>Total de Activos</b>		-	-	-	-	<b>74.619.629</b>	<b>3.254.110</b>	<b>77.873.739</b>
<b>Total de Passivos</b>		-	-	-	-	<b>59.641.381</b>	<b>3.772.568</b>	<b>63.413.949</b>
<b>Valor líquido</b>		-	-	-	-	<b>14.978.248</b>	<b>(518.458)</b>	<b>14.459.791</b>

### 2.2.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à probabilidade de ocorrerem perdas decorrentes da incapacidade da Instituição cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem e se tal é efectuado em condições razoáveis.

A análise dos activos e passivos, por grupos relevantes de maturidades baseados nos períodos remanescentes, apresenta-se conforme segue:

31 de Dezembro de 2015		Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		74	-	-	-	-	-	74
Disponibilidades em outras instituições de crédito		3.212.451	-	-	-	-	-	3.212.451
Crédito a clientes		-	28.113	78.687	9.026.413	59.156.474	-	68.289.688
Activos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Activos por Impostos Correntes		-	-	-	-	-	176.352	176.352
Outros activos		-	-	-	-	-	691.430	691.430
<b>Total do Activo</b>		<b>3.212.525</b>	<b>28.113</b>	<b>78.687</b>	<b>9.026.413</b>	<b>59.156.474</b>	<b>867.782</b>	<b>72.369.994</b>
<b>Passivo</b>								
<b>Passivo:</b>								
Provisões		-	-	-	-	-	382.852	382.852
Recursos de outras instituições de crédito		-	27.900	106.939	4.151.537	33.510.221	-	37.796.597
Passivos por impostos correntes		-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-	-	20.000.000	-	20.000.000
Outros Passivos		-	-	-	-	-	1.461.577	1.461.577
<b>Total do Passivo</b>		<b>-</b>	<b>27.900</b>	<b>106.939</b>	<b>4.151.537</b>	<b>53.510.221</b>	<b>1.844.429</b>	<b>59.641.025</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>3.212.525</b>	<b>213</b>	<b>(28.252)</b>	<b>4.874.877</b>	<b>5.646.253</b>	<b>(976.647)</b>	<b>12.728.969</b>
<b>31 de Dezembro de 2014</b>								
<b>Total de Activos</b>		<b>748.985</b>	<b>115.586</b>	<b>55.359</b>	<b>4.453.071</b>	<b>70.754.174</b>	<b>1.746.564</b>	<b>77.873.739</b>
<b>Total de Passivos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>722.198</b>	<b>5.493.014</b>	<b>55.526.168</b>	<b>1.672.568</b>	<b>63.413.949</b>
<b>Valor líquido</b>		<b>748.985</b>	<b>115.586</b>	<b>(666.839)</b>	<b>(1.039.944)</b>	<b>15.228.006</b>	<b>73.996</b>	<b>14.459.791</b>

As operações de crédito da sociedade são operações contratadas no âmbito de uma linha de crédito global junto do BGL, S.A. (Ex-Fortis Bank Luxemburgo). Esta linha global, renovada trimestralmente, tem maturidade residual até um ano. É política do Grupo Fortis Bank organizar centralmente, na Bélgica ou no Luxemburgo, o funding para as actividades de crédito das suas afiliadas. No caso concreto, a Instituição tem o seu funding assegurado através de um acordo estabelecido entre a sua casa-mãe, Fortis Lease Group e a respectiva casa-mãe, BGL.

### 3. Adequação de Capitais

#### 3.1 Fundos Próprios detidos

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no balanço, a Instituição estabelece os seguintes objectivos quanto a esta matéria:

- cumprir para com os requisitos de capital definidos pelo regulador do sector onde a Instituição opera;
- assegurar que a capacidade de continuidade da Instituição é continuamente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos accionistas;
- manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua actividade.

A adequação de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados diariamente pela gestão da Entidade através de aplicação de técnicas, suportadas por orientações do Comité de Basileia e por directivas comunitárias, e implementadas pelo Banco de Portugal enquanto entidade supervisora. A informação exigida é enviada ao Banco de Portugal numa base trimestral.

O Banco de Portugal exige que cada instituição: (a) detenha um nível mínimo de capital regulamentar no valor de 10 milhões de euros, e (b) mantenha um rácio de adequação de capital (proporção do total de capital regulamentar face ao total dos activos ponderados pelo risco) igual ou superior ao limite de 8% aprovado internacionalmente.

O capital regulamentar do Banco é dividido em dois limites:

- Fundos próprios de base (“Tier 1”): capital social, resultados transitados e reservas criadas por incorporação de resultados transitados;
- Fundos próprios complementares (“Tier 2”): empréstimos subordinados elegíveis.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados em função da natureza – e reflectindo uma estimativa dos riscos de crédito, mercado e outros riscos associados – de cada activo e contraparte, tendo em consideração as garantias e colaterais elegíveis. Esta abordagem é adoptada de modo similar para efeitos de exposição em elementos extra-patrimoniais, com alguns ajustamentos de modo a reflectir a natureza contingente das perdas potenciais.

O quadro abaixo apresenta a composição do capital regulamentar e dos rácios da Instituição para os exercícios findos em 2015 e 2014. Durante estes dois anos, a Instituição cumpriu com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente e aos quais se encontra sujeita.

<i>milhares de Euros</i>	<b>31-12-2015</b>	<b>31-12-2014</b>
	<b>Basileia II</b>	<b>Basileia II</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>12.729</b>	<b>14.460</b>
Instrumentos de dívida subordinada	20.000	20.000
Dedução do dividendo distribuído	-	-
Outros acréscimo / (deduções)	(7.271)	(5.540)
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>25.458</b>	<b>28.920</b>
<b>Activos ponderados pelo risco</b>	<b>43.153</b>	<b>49.167</b>
<b>Rácio de solvabilidade</b>	<b>58,99%</b>	<b>58,82%</b>
	58,99%	58,82%

O Rácio de Solvabilidade da entidade apresenta níveis elevados, tendo mantido os níveis de 2014 .